

Juventude Negra
Patrimônio do Brasil

"... As vítimas do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e formas correlatas de intolerância esperam ansiosas, que as decisões que adotem os Estados produzam uma mudança real em seus destinos..." trecho do discurso da Sra. Mary Robison, do Alto Comissariado da ONU, na abertura da II Prepcom em Genebra, maio de 2001..."

No Brasil o protagonismo juvenil de várias organizações de jovens, de pesquisadores desta temática, e sobre maneira, de gestores de Políticas Públicas para a Juventude.

Há pouco, o Governo brasileiro realizou a primeira Conferência Nacional de Juventude, um momento riquíssimo com intensa participação popular, onde a juventude brasileira protagonizou com maestria este processo. A primeira prioridade aprovada na Plenária final desta Conferência foi a recomendação de que o Governo Brasileiro atendesse as deliberações do I Encontro Nacional de Juventude Negra, ocorrido em Lauro de Freitas - BA, em julho de 2007, tendo como referência o Relatório final do ENJUNE.

As razões pelas quais este relatório torna-se um documento estratégico e emergencial, em especial, as propostas de políticas de inclusão e promoção que atendam a juventude em situação de vulnerabilidade - em sua maioria à juventude negra, encontram-se no que será relatado a seguir.

O quadro social desenhado para a juventude, em destaque a juventude negra, vai da exclusão ao extermínio. No que se refere à educação, a taxa de analfabetismo, entre jovens de 15 e 19 anos, é de 3,7% para jovens brancos; 9,1% para jovens negros; 1,9% para jovens brancas e 4,2% para jovens negras, isto evidencia a falta de acesso e a dificuldade de permanência no sistema escolar. O sistema educacional brasileiro, por muito tempo, desconsiderou na construção de seus currículos, a história e a contribuição estrutural - seja econômica, política, social e cultural da população negra no Brasil, o que limita efetivamente a identidade do aluno com a escola.

A juventude negra sempre chegou mais cedo ao mercado de trabalho, com reduzida qualificação profissional, em funções de baixa remuneração e sem perspectivas de ascensão social e, em geral, em grandes situações de vulnerabilidade, o que caracteriza ausência de trabalho decente.

Hoje existem no Brasil 30 milhões de jovens que trabalham e isto não corresponde ao mesmo número de jovens que estudam.

No caso específico das jovens negras, muitas abandonam a escola mais cedo por se tornarem mães já na adolescência. Dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS- 2006 mostram que aos 15 anos 4,8% das adolescentes brancas tornam-se mães, enquanto 7,5% das adolescentes negras.

E como se não bastasse esta realidade aqui apresentada nas áreas da Educação, Trabalho, Gravidez na adolescência, é de se observar também que os avanços da violência homicida das últimas décadas no Brasil são explicados exclusivamente pelo aumento da letalidade contra a juventude. Se as taxas de homicídio entre os jovens passaram de 30,0 em 1980 para 51,7 (em cem jovens) em 2004, as taxas para o restante da população caíram levemente, passando de 21,3 para 20,8 (em cem mil habitantes).

Níveis extremamente elevados de vitimização juvenil por homicídio podem ser encontrados em todas as Unidades Federadas do Brasil, com casos extremos, como os do Estado do Amapá, onde a taxa de homicídios juvenis é 284,4% superior ao restante da população. A taxa média de homicídios juvenis (51,7% a cada cem mil jovens) é 148,4% superior à taxa do resto da população, 20,8% em cem mil, da mesma forma que no total de homicídios, mas com maior intensidade ainda, existem entre os jovens 83,1% a mais de vítimas negras do que de vítimas brancas. Com maior intensidade que na população total, 96,7% das vítimas de homicídio entre os jovens são homens; nos finais de semana, os homicídios juvenis aumentam 80% com relação aos dias da semana.

Outra estatística de homicídio juvenil se encontra dramaticamente nas 11 cidades apresentada pelo Pronasci, conforme tabela abaixo:

| Taxa de homicídios em regiões metropolitanas atendidas pelo Programa Nacional de Segurança Pública com | % da população com idade entre 15 e 29 anos | Taxa de homicídios por 100 mil habitantes 2005 | Taxa de homicídios na faixa etária entre 15 e 29 anos por |
|--|---|--|---|
|--|---|--|---|

| Cidadania (Pronasci) | 2006 | | 100 mil habitantes 2004 |
|-------------------------|-------|-------|-------------------------|
| Brasília e Entorno (DF) | 31,8% | 33,08 | 69,4 |
| Vitória (ES) | 29,2% | 76,3 | 158,7 |
| Belo Horizonte (MG) | 29,5% | 56,7 | 127,0 |
| São Paulo | 28,8% | 39,3 | 79,1 |
| Rio de Janeiro | 26,2% | 51,4 | 116,7 |
| Belém (PA) | 32% | 27,7 | 52,6 |
| Recife (PE) | 29,6% | 70,0 | 156,2 |
| Maceió (AL) | 30,4% | 54,2 | 120,1 |
| Salvador (BA) | 32,3% | 41,2 | 83,4 |
| Curitiba (PR) | 28,9% | 38,1 | 76,2 |
| Porto Alegre (RS) | 26,4% | 29,5 | 63,3 |

Mudar este quadro exige uma tarefa a ser enfrentada pela sociedade brasileira, pois a pergunta que inquieta os corações e mentes de jovens, pesquisadores e gestores de políticas para a juventude é - temos portas de saídas? E a resposta - é sim! Temos portas de saídas, vejamos:

A capacidade de intervenção política da juventude negra permite reconhecer que é possível provocar uma transformação sobre a qualidade de vida da juventude brasileira, no momento em que o crescimento econômico dialoga diretamente com as ações do PAC. É fundamental que haja, portanto, uma integração destas ações para com esta geração e para as que virão.

Iniciativas governamentais e da sociedade civil articulada para a construção de Políticas Públicas para a Juventude, apontam para novas perspectivas, desta forma, é oportuno visibilizar ações e práticas efetivas realizadas como consequência da criação da SEPPIR, da SNJ e do CONJUVE, tais como:

- 1º ENJUNE - Encontro Nacional de Juventude Negra
- 1ª Conferência Nacional de Juventude
- Projeto Farol
- Revisão de Durban, em especial para as questões de juventude
- Fórum Nacional de Juventude Negra
- Comissão intersetorial do CONJUVE

Neste sentido, a Juventude Negra por meios de suas expressões sócio/culturais tem provocado um resgate de identidade étnico-racial, afirmado a auto-estima, liderado espaços políticos e provocado um processo de conscientização. Apresenta deste modo, um potencial recriador do meio em que atuam e vivem e tornam-se co-participes do Estado na construção e implantação de Políticas Públicas para a Juventude.

Vale lembrar que para chegar até aqui, boas práticas foram realizadas, ao longo deste processo, que incidiram no rendimento escolar de jovens negros e negras, e, sobretudo, contribuíram para o desenvolvimento das políticas de lazer, de cultura, de assistência social, de cidadania, de educação e de trabalho, a exemplo de:

- Projeto RAP...ensando a EDUCAÇÃO
- CRJ - Centro de Referencia para a Juventude
- HIP HOP SUL
- Consórcio Social da Juventude
- Cotas nas universidades públicas
- Prouni

O governo federal vem enviando esforços para efetivar parâmetros e indicadores reais de cidadania, portanto e importante reconhecer que a política de descentralização é um dos mecanismos eficazes na elaboração, implantação e controle social de projetos de, para e com a juventude negra, quilombola, de terreiro, indígena e cigana articulada com a diversidade de povos tradicionais onde realizamos a consulta e apresentamos as propostas de inclusão como ações afirmativas.

Proposta de trabalho transversal pela SEPPIR - SubAA e SubCom;
 Parceria estabelecida com a Secretaria Nacional de Juventude, Secretarias de Juventudes Parceria estabelecida com o Fórum Nacional de Gestores em Políticas Públicas de Juventude;
 Parceria estabelecida com os Conselho Nacional, Estaduais e Municipais de Juventude estratégicos;
 Estímulo a presença de Juventudes Negras e de povos tradicionais no Conselho Nacional de Juventude e outros Conselhos e Fóruns;
 Ampliação de diálogos entre os Ministérios, Governos Estaduais e Governos Municipais estratégicos;
 Realização do Consórcio Social da Juventude do HIP HOP - 1º Emprego;
 Realização do Consórcio Social da Juventude Quilombola - 1º Emprego;
 Realização do Consórcio Social da Juventude de Comunidades Tradicionais - 1º Emprego;
 Ampliação de diálogos com OIJ - Organização Ibero Americana de Juventude;
 Construção do Protocolo de Intenção SNJ, SEPPIR e Ministério da Juventude de Moçambique;
 Participação no Plano de Desenvolvimento Juvenil das Américas;
 Ampliação de Diálogos com o BID e a Juventude;
 Ampliação de diálogos com REDES Juvenis negras e de povos de tradicionais do Brasil, das Américas e de África;
 Fortalecimento Institucional para Ong's Negras com projetos específicos para Juventude e outros parceiros estratégicos;
 Ampliação de diálogos com os 5 maiores movimentos de Hip Hop do Brasil;
 Ampliação de diálogos com as Juventudes negras da base aliada;
 Ampliação de diálogos com jovens filh@s de militantes negr@s;
 Ampliação de diálogos com as jovens negras feministas;
 Ampliação de diálogos com a Comissão de Juventude da Câmara Federal - PEC da Juventude - 138/03;
 Co-realização do ENJUNE - Encontro Nacional de Juventude Negra;
 Política de empoderamento juvenil para a Juventude Negra e de povos tradicionais;
 Ampliação de diálogos com Especialistas em Políticas Públicas de Juventudes Negras - estímulo a intergeracionalidade; junto a SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial.

Para revelar possíveis dinamizadores da agenda de políticas públicas para a Juventude no Brasil, com foco na juventude negra, identificamos aqui, como agentes importantes, os Gestores Estaduais e Municipais em Políticas de Promoção de Igualdade Racial e o Fórum Nacional de Juventude Negra, que poderão na sua função gestora e protagonista intervirem, com maior efetividade, no PAC JUVENTUDE, no PROJOVEM e nos Conselhos de Juventude enquanto espaços de decisão.

Podemos afirmar que as três esferas públicas, em graus diferenciados, vêm acumulando iniciativas de Políticas Públicas para a Juventude, de Políticas de Promoção de Igualdade Racial e de Políticas de Gênero, sempre pautado no compromisso de ampliar e fortalecer a democracia no Brasil e, sobretudo, buscando a equidade social aos segmentos populacionais historicamente excluídos.

O primeiro desafio do Governo Federal está em discutir politicamente, com seus pares federativos, o destino dos 8 bilhões definidos no PPA -Plano Plurianual para as políticas públicas de juventude, com efetivo investimento para as políticas de ações afirmativas, em especial, àquelas que trazem os recortes étnico-racial e de gênero.

O segundo desafio para o poder público é reconhecer e aplicar o relatório do ENJUNE na forma de Política Pública com investimento orçamentário real, cujo resultado, sem dúvida, incidirá na redução da mortalidade juvenil

negra. É importante que órgãos como Conselho Nacional de Juventude, Conselhos Estaduais e Conselhos Municipais tenham um diálogo permanente e atuação efetiva no que se refere à construção de políticas para e com este público.

Entendemos que à Juventude Negra deve-se dar uma atenção especial, imbuída de ousadia política, a partir da construção de um projeto integrado e integrador onde estes jovens deixam de ser apenas público alvo de programas e projetos de inclusão e passem a ser protagonistas, a fim de que a equidade de direitos e oportunidades seja real para toda a juventude e que se efetive a máxima de vivermos um país justo e igualitário onde o exercício de cidadania e o protagonismo sejam para todos e todas.

O GT Juventude Negra e Políticas Públicas apresentou, nos dias 1º e 2 de Junho de 2009, na reunião do Conselho Nacional de Juventude, as orientações descritas abaixo:

- Utilizar rede de políticas universais para incluir recorte étnico-racial e geracional;
- Acompanhar execução do PPA e incidir em suas políticas;
- Fazer imersão no conjunto das políticas e programas para a juventude em curso nos diversos ministérios;
- Iniciar diálogo com IBGE para o fornecimento de dados desagregados sobre educação, saúde, emprego, etc., com recorte na juventude negra;
- Iniciar diálogo com ENAP e UFMG para inclusão da perspectivas étnico-racial nos cursos de formação de conselheiros.

A juventude negra deve assim, como outras juventudes, ser vista, estimulada e reconhecida pelo que é - Patrimônio do Brasil.

Eloá Kátia Coelho

Cientista Social/PUC/RS

Educadora Ambiental/USP

Assessora Técnica da SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

Conselheira do CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

Colaboração

Barbara Souza - Gerente de Projetos/SEPPIR

Diego Franco - Mestrando - PUC/Campinhas

Francilene Martins - Assessora de gênero/etnia- Comunicação Social